

DIVERSIDADE NA DOCÊNCIA: O TRABALHO DO DOCENTE COM DEFICIÊNCIA E O CENTRO DE EDUCAÇÃO NA UFPB (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA)

Laryssa Karolyne Fernandes de Oliveira Bonifácio ¹
Marlene Helena de Oliveira França ²

RESUMO

Este artigo objetiva identificar e analisar as experiências vividas e a realidade que está diante das professoras com deficiência que trabalham no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. O estudo surge no âmbito de uma experiência significativa, a partir do componente curricular de Educação especial que foi ministrado por uma Professora cega, e deste encontro surgiu o interesse em conhecer mais da trajetória de professoras com deficiência no trabalho acadêmico. O foco central é dar atenção e visibilidade ao outro lado da inclusão, o docente assim como os alunos, também precisa ser ator principal e empoderado em seu ambiente de trabalho. A pesquisa possui natureza qualitativa, foi realizada através da observação nas aulas e corredores do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba e por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada aplicada às 3 professoras com deficiência. Os resultados do estudo apontam que entre os principais desafios vivenciados dentro do ambiente de trabalho, as barreiras físicas e atitudinais ainda se destacam.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência, Professoras, Capacitismo, UFPB, Barreiras.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisou as dificuldades e conflitos que os docentes com deficiência enfrentam para exercer a sua profissão. Nesse sentido, a temática da pessoa com deficiência no mercado de trabalho parece não ter a devida atenção no mundo dos negócios, como também a responsabilidade social é, historicamente, deixada em segundo plano. Diante desta realidade, ocorre uma problemática, a quase inexistente diversidade na docência.

Nessa perspectiva, com vistas a justificar essa investigação, tem-se primordialmente, o fato de a inquietação ter surgido a partir das aulas do componente

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, laryssa_boni@hotmail.com

² Prof^a Ori^a Dr^a Marlene Helena de Oliveira França da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, marlencel@hotmail.com

curricular Educação Especial, uma vez que é ministrado por uma pessoa com deficiência visual. Além disso, entendo que, existindo poucas pesquisas e materiais na literatura acadêmica a discorrer sobre o tema, a análise aqui proposta pode levar estudantes e pesquisadores a reorganizarem suas considerações na direção de refletir sobre as possíveis implicações do que é ser professor e, ao mesmo tempo, pessoa com deficiência.

Ressalta-se ainda que no atual cenário social, ainda não há uma significativa abordagem crítica a respeito das pessoas com deficiência que são docentes no Centro de Educação (CE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Com isso, a pesquisa irá proporcionar a comunidade acadêmica uma nova visão sobre aqueles poucos professores que ministram aulas e obtêm êxito em suas atividades, apesar de diversas barreiras que insistem em restringi-los.

Sendo assim, a diversidade na docência se constitui como uma problemática importante a ser investigada no contexto de formalizar uma sociedade e um campo profissional inclusivo.

A pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre a inserção do docente com deficiência em sala de aula e sua luta para exercer com dignidade sua escolha profissional, num contexto de tamanha restrição social. Explicar como o Capacitismo interfere na prática a função do professor (a) com deficiência. Enumerar as principais dificuldades que o docente encontra e que geram impactos negativos em sua rotina de trabalho.

METODOLOGIA

Visando realizar a investigação acerca do tema proposto, bem como é falado por Bell 1997, “[...] Uma investigação é conduzida para resolver problemas e para alargar conhecimentos sendo, portanto, um processo que tem por objectivo enriquecer o conhecimento já existente”. E justamente para alargar os conhecimentos, como referenciado acima, que teremos um olhar atento e reflexivo. As entrevistas envolvem três pessoas, para preservar suas identidades serão usados codinomes, que nos remetem a mitologia grega, Atena, Afrodite e Ártemis, deixando transparecer apenas que as três são mulheres. A transcrição das falas foi feita de modo a respeitar a forma que o sujeito falou, ou seja, foi transcrita na íntegra.

As entrevistas foram realizadas online, por meio de uma rede de comunicação, que nos permitiu dar andamento ao estudo mesmo em período remoto, tanto para a pesquisadora quanto para as docentes, que continuam com as suas exímias atividades diárias, visto que ao início de cada período neste meio pandêmico, é muito corrido para todos, as partes concordaram que seria de mais eficácia responder ao questionário e a entrevista por meio de um smarthphone, assegurando assim a utilidade das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) nos processos de pesquisa científica.

As professoras foram contatadas com antecedência, e autorizaram a participação na pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), para obter o respaldo legal de todos os envolvidos na pesquisa. Foram disponibilizados questionários semiestruturados para ser respondidos de maneira remota.

Para a formulação do tema desta pesquisa, foi utilizado a observação como fonte de coleta de dados, observando os momentos de aula do componente curricular Educação Especial, e observou-se que poderia abordar sobre o outro lado da inclusão, que é a inclusão docente.

Quanto aos procedimentos utilizou-se a observação, a pesquisa bibliográfica e de campo. Pois entendo que se completam, ou seja, a pesquisa bibliográfica precedeu a pesquisa de campo a fim de trazer os fundamentos necessários à compreensão do tema, como uma investiga o que a outra pretende pesquisar, como explicam Marconi & Lakatos (2003).

A pesquisa de campo foi necessária pois no processo de dar voz a diversidade na docência, queria trazer experiências reais. Portanto, a pesquisa de campo não se dissociou, em momento algum da pesquisa bibliográfica. Uma acompanha a outra para o desenvolvimento deste estudo.

Tipo de Pesquisa

O trabalho foi feito a partir da natureza exploratória e bibliográfica, de abordagem quanto-qualitativa com a intenção de identificar as dificuldades que cercam e fazem parte do tema proposto. Segundo GIL (2006, p.43), a pesquisa exploratória tem

como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, a fim de formular problemas/hipóteses pesquisáveis em estudos posteriores.

Local de Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Centro de Educação (CE) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que fica localizada na Cidade Universitária, s/n, Bairro do Castelo Branco III, no município de João Pessoa - PB. O local escolhido para realizar a pesquisa justifica-se em razão de se tratar do campo de formação do docente no curso de pedagogia.

Universo da pesquisa

O Centro de Educação (CE) é um órgão setorial, é um centro de ensino com funções deliberativas e executivas, em nível de administração. Sua equipe é composta por direção, assistência administrativa e docentes. Assim, o estudo será voltado para enumerar as dificuldades dos docentes ao ingressar no mundo do trabalho, que além da competitividade comum, enfrentam a discriminação diária.

Sujeitos da Pesquisa e Amostra da Pesquisa

Os sujeitos considerados nessa investigação serão as docentes atuantes no centro de educação que são pessoas com deficiência, os quais são detentores de uma grande relevância no processo de uma sociedade inclusiva. Sendo assim, será a partir desses sujeitos, de suas experiências e relatos, seus dados pessoais e considerações, que acrescentará base a elaboração desse estudo exploratório.

“A amostra é de caráter intencional, pois ao selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.” (GIL, 2008, p. 94).

Quanto a amostra ela será do tipo intencional, pois há uma seleção baseada no conhecimento sobre a população e o respeito pela mesma. Por essa motivação, o tipo de amostra propositalmente escolhida pela pesquisadora. A entrevista será realizada com 3 docentes, o que corresponde à 100% das pessoas com deficiência presentes no centro, tendo em vista a paupérrima diversidade na docência no Centro de Educação.

Considerações Éticas da pesquisa

A Resolução número 510, de 07 de abril de 2016, do Ministério da Saúde, é defensora das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e define em seu capítulo II artigo terceiro, que esses são princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais:

I - reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica; II - defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa; III - respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas; IV - empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada; V - recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa; VI - garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações; VII - garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz; VIII - garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes;

Nesses termos, os entrevistados, consideraram-se livres e esclarecidos para consistir em participar da pesquisa proposta, resguardando a autora do projeto a propriedade intelectual das informações geradas e expressando a concordância com a divulgação pública dos resultados (PASQUALOTTI, 2005).

Esta de pesquisa irá salvaguardar todos os requisitos e critérios que foram definidos pela resolução, para respeitar legalmente todos os envolvidos neste projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ANÁLISE DOS DADOS

Foram realizadas entrevistas com as participantes da pesquisa, nas datas e horários de melhor ajuste em suas rotinas, ressalta-se aqui o entusiasmo delas ao relatar a trajetória docente e suas lutas. O roteiro da entrevista se compunha de identificação pessoal, uma breve apresentação e cinco perguntas abertas.

A análise destes dados tem uma abordagem qualitativa e irá ser categorizada em quatro tópicos, as falas que foram comuns às duas entrevistadas. Nesse ponto fez-se

uma análise e interpretação do que foi coletado, sem a necessidade de ferramentas estatísticas. Não foi necessária a utilização de gráficos; assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador. (GIL, 2008, p. 175).

TRAJETÓRIA DOCENTE: ATIVISMO E MILITÂNCIA

Desempenhar a tarefa docente, para as participantes da pesquisa, que são pessoas com deficiência é uma atitude de militância, a ação profissional contribui para os alunos se tornarem agentes de inclusão, “Satisfatória, dentro do planejamento realizado por mim mesma” é a resposta de Ártemis para a pergunta 1, que ministra aulas de História da Educação I, a expectativa é que essa trajetória transforme a forma pensar a pessoa com deficiência.

Estar à frente do componente curricular de Educação Especial, formando professores (curso de pedagogia) tem uma enorme importância para as duas outras docentes, Afrodite e Atenas. Mostrando o outro lado da inclusão, quebrando tabus e consolidando no meio acadêmico a capacidade que as pessoas com deficiência possuem, embora para muitos, haja pouquíssimas oportunidades para demonstrar isto.

Embora curta na perspectiva cronológica, a trajetória docente das três é pautada por muitas realizações para que a nova postura social seja de representatividade, elas mostram para os seus alunos que pensar a pessoa com deficiência como incapaz é um erro grave, e os alunos compreendem pois segundo Freire (1987), a educação promove a ampliação da visão de mundo, quando a relação educador-educando é mediada pelo diálogo, e há de fato muito espaço para dialogar, pois os alunos têm a oportunidade de conviver e aprender com uma professora com deficiência, desmistificando a ideia do “coitadinha, ela não consegue”, assistem mulheres assumindo a sala de aula e todos os seus desafios.

OS (RAROS) COLEGAS DE PROFISSÃO

Em lugares e horários diferentes, uma entrevistada citou a outra nesta categoria, mostrando como são raros e visíveis os docentes com deficiência e sua atuação no mercado de trabalho. A 3ª entrevistada, possui deficiência física motora adquirida, que

compromete 75% dos movimentos do braço, e afirma “diretamente, não trabalhei com nenhum. Indiretamente, tive contato com poucos colegas com deficiência. Em especial deficiência física motora.”

O concurso público ajuda no ingresso desta minoria na prática docente, já que na maioria das vezes a rede privada é omissa em investimento nos espaços acessíveis, se torna mais comum ver a diversidade na docência no meio público. A projeção para um futuro próximo, é que sejam quebradas lentamente as barreiras atitudinais, arquitetônicas e metodológicas que ainda estão presentes na universidade, para que a porta de acesso a esses docentes exista, e a permanência deles com dignidade também.

A colocação da Paula Campos Pinto, que é Doutora em Sociologia pela Universidade York (Toronto, Canadá) e colaboradora do Centro de Administração e Políticas Públicas, da mesma universidade, sobre o tema da atuação do professor com deficiência “adaptações são fundamentais para que estas pessoas possam exercer em condições de igualdade a função de docência com que estão comprometidas”, defende que com mais adaptações haverá mais dignidade no exercício de sua profissão, assegurando docentes comprometidos e entusiasmados em sua profissão.

CAPACITISMO, É PRECISO NÃO PRATICAR

Entender esse modelo presente no social de julgar a capacidade da pessoa dada a sua condição de pessoa com deficiência, é visto que não são os aspectos biológicos que as impedem, não é ser cego ou deficiente físico, o que impede de trabalhar são as barreiras do ambiente. Este ambiente despreparado e hostil, onde muitas das vezes impera o capacitismo. Embora seja uma concepção totalmente equivocada, o capacitismo, podemos refletir que não existe nenhum ser humano que seja capaz de exercer todas as atividades, e o que esse conceito citado não compreende é que temos capacidades diferentes e é por essas diferenças que temos que ter direitos as condições diversas também.

Analisaremos a fala de Afrodite, sobre a questão 3 da entrevista que aborda sobre o capacitismo: “Incapaz é a sociedade por não se abrir para romper com todas essas barreiras que limitam e restringem a efetiva participação social de pessoas com

deficiência.” Nesta resposta vemos que o maior obstáculo para a inclusão ainda são as pessoas, que não se habilitam a aprender e permanecem no “medo do desconhecido”, Afrodite ainda acrescenta “mas a mudança pode partir de cada um de nós”, e de fato como profissionais da educação, ainda segundo a teoria Freiriana: “procura superar a dicotomia entre teoria e prática, pois durante o processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade”, precisamos por meio da educação intervir na sociedade, nos perceber como sujeitos da história.

Analisemos ainda a fala de Ártemis, onde ela afirma presenciar e sentir na pele o capacitismo:

“Infelizmente é algo que temos que conviver no ambiente social e em especial na universidade. Já tive um aluno cego em disciplina do curso de Letras e constantemente a pergunta dos colegas era: como pode querer ser professor se nem vai enxergar os alunos? A resposta dele era de que exatamente por conta desse preconceito, queria ser professor, para mostrar às pessoas com deficiência visual, que era possível aprender e que por ter essas dificuldades, teria maiores condições de entender as dificuldades dos alunos. O mesmo comportamento ocorre cada vez que temos alunos com qualquer tipo de deficiência sem sala de aula. Mas esse tipo de comportamento capacitista é presente e dificilmente combatido pelos professores em sala de aula. Temos até relatos de alunos que narram ter ouvido de professores que devido á deficiência deveriam repensar a escolha da profissão. Pessoalmente senti esse tipo de tratamento entre colegas, que ao perceberem a dificuldade que passei a ter, por ser destra e ter perdido a mobilidade da mão direita na quase totalidade, passaram a me tratar como alguém que precisa sempre ser ajudada.”

E é por esse modelo social de deficiência, que muitos avanços ainda não aconteceram para que sejamos uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva. Onde discursos como estes citados, fazem parte do dia a dia e são velados sem que haja esforços verdadeiros para transformá-los. Para dialogar com essa afirmativa a reflexão oportuna de Paulo Freire, “Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: a sua base ideológica é inclusiva ou excludente?” E é assim que nos deparamos com a triste afirmativa, de que, infelizmente a sociedade continua excludente, e nos questionando, por quanto tempo mais a Universidade continuará excluindo?

O CENTRO DE EDUCAÇÃO E SUAS BARREIRAS

Podemos analisar na íntegra a resposta obtida na entrevista a respeito das dificuldades encontradas no ambiente de trabalho. A fala analisada é a da professora Atena, que é deficiente física.

“A dificuldade de locomoção, os elevadores que não funcionam, como o da biblioteca e o da reitoria. O trajeto de um centro para o outro ou até mesmo do estacionamento para a sala de aula são cheios de barreiras, buracos, degraus, meio fio. Mesmo alguns prédios, como o auditório da pós-graduação, o único acesso é a escada. O deslocamento do estacionamento até a sala de aula, a distância também. O ideal é que esse estacionamento fosse perto da entrada do CE, também não entendi por que pintaram de cinza as vagas de estacionamento reservadas as pessoas com deficiência do CE.”

Como se pode observar, o Centro de Educação tem dificuldades exorbitantes na acessibilidade, e muitas vezes o docente depende da solidariedade do aluno para fazer o seu deslocamento diário. O que infringe o seu direito assegurado de ir e vir que está expresso na constituição federal de 1988, que é encontra no artigo 5º, inciso XV: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens, assim, todo cidadão tem direito de se locomover livremente nas ruas, nas praças, nos lugares públicos, sem temor de serem privados de locomoção”

A Universidade Pública, não respeita esse direito, para tal afirmação, resalto a segunda fala analisada, que elenca inúmeras dificuldades de locomoção dentro do Centro de Educação. A fala abaixo, da entrevistada Atenas, nos mostra que a legislação nem sempre é cumprida.

“[...]Temos capacidades diferentes. E é assim também para as pessoas com deficiência, desde que tenha os recursos e suportes necessários. Como por exemplo: ambientes acessíveis, livres de barreiras, com rampas, portas largas, piso tátil, aparelhos, bengalas, cadeiras de rodas[...]”

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) do Ministério de Educação (MEC) desde 2005 propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior. Mas, como podemos analisar abaixo, ainda há um longo caminho de fiscalização. Segundo a entrevistada Ártemis:

“”Não são dificuldades para mim, mas percebo que alunos cadeirantes têm muita dificuldade de locomoção nos espaços e em especial entrada e saída de sala de aulas.

Tem algumas salas na central de aulas com pequenos degraus na entrada. São cerca de 2 cm, mas o suficiente para que precisem da ajuda de outros colegas para elevar a cadeira e permitir o acesso. Já reclamei aos setores responsáveis e a resposta foi de que o degrau é muito pequeno para atrapalhar a movimentação. Também não há sinalização horizontal nem vertical para deficientes visuais, mobiliário adequado para deficientes motores, intérprete de LIBRAS. Enfim, a Universidade não tem acessibilidade nem para os servidores nem para o público. Já vi servidores com deficiência serem realocados de setor por dificuldades de acesso e não por incompatibilidade com o serviço.”

Mesmo quando a dor ou inquietação é do outro, não podemos fechar os olhos e seguir em frente, pois a sociedade civil organizada é uma comunidade, e como tal deve pensar em direitos iguais para todos. O que o MEC diz sobre acessibilidade é que desde 2016, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) afirma, em seu Art. 27, que a educação é um direito da pessoa com deficiência e que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis. Entretanto, podemos perceber que se essas são as condições atuais, relatadas por docentes com deficiência de uma parte da Universidade, que é o Centro de Educação, o que assegura um sistema inclusivo? Já que as leis não abarcam a realidade, é triste saber que nem o sistema utilizado institucionalmente, o SIGAA deixa a acessibilidade do lado e exclui as pessoas com deficiência visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de nossas exposições sobre o tema da diversidade na docência, investigamos quais as principais dificuldades enfrentadas pelo docente com deficiência, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, deixando claras as consequências da omissão predominante na sociedade a respeito de acessibilidade e oportunidade para essa classe minoritária.

A nossa inquietação inicial de como era o trabalho de uma pessoa com deficiência dentro da profissão do professor, foi abordada com máxima fidelidade as informações colhidas. E nos mostra os prejuízos diretos no desempenho docente já que a solidariedade é a forma mais utilizada para o deslocamento de nossas professoras Atena, Afrodite e Ártemis.

Buscamos entender ao longo da análise feita, qual o papel de um docente com deficiência, qual o seu espaço e como a sua permanência expressa uma vontade de mudar o cenário atual de nossa sociedade.

Para que, assim aconteça, o estudo é também parte da mudança, dar voz a esses professores que resistem e atuam, formando e melhorando o modo de enxergar a pessoa com deficiência. Dando aula, no sentido conotativo, de força e coragem para enfrentar os desafios diários. Conclui-se assim, que a diversidade na docência nos motiva a querer

ainda mais a implementação de uma cultura de respeito as diferenças, de sujeitos de direitos, que possuem liberdade de ir e vir, onde as diferenças físicas sejam respeitadas e valorizadas.

AGRADECIMENTOS

Concedo meus sinceros agradecimentos as três docentes que se dispuseram com muito entusiasmo a colaborar com esta pesquisa, refletindo sobre as suas trajetórias, sempre solícitas, consideraram importante construir comigo esse estudo, então à elas o meu muito obrigada. A minha professora orientadora, que conduziu comigo a pesquisa paulatinamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PIUCCO, P. Capacitismo: discriminação das pessoas com deficiência. **REVISTA, Capitolina** - 21 de Março de 2015.

MARQUES, Alexandre Henrique. A Outra Face da Educação Inclusiva: limites e possibilidades. **INSTITUTO ITARD**. 2017.

CARNEIRO, KRYSTINE. Alunos e professores com deficiência enfrentam falta de acessibilidade na UFPB. **G1 – o portal de notícias da Globo**. Disponível em <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/alunos-e-professores-com-deficiencias-enfrentam-falta-de-acessibilidade-na-ufpb.ghtml>> Acesso em 02 de Jan. de 2021.

ISOCIAL. Diversidade Docente: Professores com deficiência mostram que qualificação profissional está além de preconceitos ou "cotas" Jan. de 2018. **Blog Isocial**. Disponível em <<http://blog.isocial.com.br/professores-com-deficiencia-mostram-que-qualificacao-profissional-esta-alem-de-preconceitos-ou-cotas/>> Acesso em 20 de Jan. De 2020.

AEDB. Uma abordagem sobre a inclusão dos portadores de deficiência no ambiente organizacional. **SÃO PAULO: Espaço Cidadania**. 2004.

CLEMENTE, L. CELESTINE, A. Trabalhando com a dificuldade: responsabilidade social de portadores de deficiência. **São Paulo - Espaço Cidadania**. 2013.

CLEMENTE, C.A. Trabalho e inclusão social de portadores de deficiência. **Editora Perez - SÃO PAULO**. 2015

PASTORE, JOSÉ. Oportunidade de trabalho para Portadores de Deficiência. **Universidade de São Paulo**. 2016.

Comitê de Inclusão e Acessibilidade - Universidade Federal da Paraíba - CIAUFPB. Disponível em <<http://www.ufpb.br/cia>> Acesso em 25 de Jan. de 2021.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. **Editora WVA**. 7º edição. 2010.

GIL, A. C. Método e técnicas de pesquisa social. 6ª. ed. **São Paulo: Atlas S.A.** 2008.



Sem Autor. Há mais de 300 professores com deficiência a dar aula. **Site Jornal Direto.** <<https://www.jn.pt/nacional/interior/ha-pelo-menos-317-professores-com-deficiencia-a-dar-aulas-sobretudo-mulheres---estudo-8772603.html>> Acesso em 06 de Fev. de 2021.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, Programa Incluir <<<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>> Acesso em 14 de Março de 2021.

FURIM, MARA MONE F. S.; CASTORINO, ADRIANO, SELUCHINESK, ROSANE DUARTE ROSA. Leitura do Mundo e Leitura da Palavra em Paulo Freire. **Revista Humanidades e Inovação v.6, n.10** – 2019.